**Programa 2077 - Agropecuária Sustentável**

**Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**

**Contextualização**

Um dos maiores e atuais desafios para o desenvolvimento brasileiro é manter o crescimento da produção agropecuária e, ao mesmo tempo, reduzir os impactos dessa produção sobre os recursos naturais. As políticas governamentais para o setor agropecuário estão atentas às questões relativas à sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de programas e metas com esse objetivo. O setor agropecuário vem se destacando na economia brasileira nas últimas décadas por seu expressivo aumento em produtividade e sua crescente importância para a manutenção do equilíbrio da balança comercial do país. Com a modernização da agricultura e o aumento do uso intensivo de máquinas e insumos, elevaram-se os níveis de produtividade da terra e do trabalho, contribuindo também para o crescimento da indústria associada ao setor agropecuário.

Esse setor é estratégico para a economia brasileira e responde entre 5% e 5,5% do PIB e em torno de 40% das exportações do Brasil. Essa atividade é desenvolvida em cerca de 5 milhões de propriedades, que ocupam 350 milhões de hectares, impulsionando as cadeias do agronegócio, que geram cerca de um terço do total de empregos no Brasil. Nos últimos 20 anos, o setor agropecuário tem se mantido quase à margem das crises econômicas.

Um importante instrumento de política agrícola é o crédito rural, que se destina a promover o desenvolvimento do setor, por meio do fomento à produção e da melhoria da infraestrutura produtiva, com ênfase na proteção aos pequenos produtores rurais e modernização da agricultura.

O Brasil é um dos principais líderes mundiais do agronegócio, na produção e exportação de produtos agrícolas, vendendo cerca de 1.800 diferentes produtos para mercados estrangeiros. Ano após ano, o saldo na balança comercial da agropecuária permite o superávit da balança comercial brasileira e aumenta a credibilidade externa do país.

Embora a produção agropecuária tenha aumentado nos últimos anos, as nossas exportações vêm ocorrendo ainda abaixo da sua plena capacidade, não obstante tenham contribuindo de forma positiva para o balanço

de pagamento do país.

**Principais Resultados**

O programa Agropecuária Sustentável, no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, contempla 20 Indicadores e 13 objetivos (neste relatório constam 12 objetivos de gestão do MAPA), voltados a fornecer um panorama representativo das políticas para o desenvolvimento da agropecuária sustentável.

Primeiramente, segue uma breve análise de alguns indicadores formulados para acompanhamento do programa Agropecuária Sustentável no âmbito do PPA 2016-2019. Nesse sentido, o ano de 2016 se encerra com um valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários de R$ 531 bilhões, 1,7% abaixo do valor de 2015. As lavouras tiveram uma redução no valor, de (-) 1,0% e a pecuária sofreu uma redução de (-) 3,0%. Nas lavouras, pesou mais nessa taxa, a retração de valor da produção de milho, algodão e tomate.

269

Na pecuária, pesaram mais as carnes bovina e suína e o leite, bastante afetados pelos preços mais baixos em 2016. Neste ano, as secas afetaram várias atividades no país, especialmente no Cerrado e na região Nordeste. Os levantamentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicaram uma redução da safra de grãos de 21,4 milhões de toneladas em relação a 2015, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou uma queda de produção de 25,8 milhões de toneladas de grãos. Esta foi a maior quebra de safra registrada nos últimos 40 anos.

As apólices aprovadas no Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (SISSER) totalizaram uma área de 5,6 milhões de hectares segurados pelo programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), no ano de 2016. Tendo por base a estimativa de área plantada pelo IBGE, o índice apurado para 2016 alcançou o patamar de 7,79% de área coberta pelo seguro rural subvencionado.

O PIB, no 3º trimestre de 2016, sofreu contração de 2,9%, quando comparado a igual período do ano anterior, o décimo resultado negativo consecutivo nesta base de comparação. O Valor Adicionado a preços básicos caiu 2,5% e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios recuaram em 4,8%. Dentre as atividades que contribuem para a geração do Valor Adicionado, a Agropecuária registrou queda de 6,0% em relação a igual período do ano anterior. Este resultado pode ser explicado pelo desempenho de produtos da lavoura no 3º trimestre e pela produtividade, visível na estimativa de variação da quantidade produzida. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), divulgado no mês de novembro, algumas culturas apresentaram retração na estimativa de produção anual e perda de produtividade, a exemplo do milho (-25,5%), algodão (-16,9%), laranja (-4,5%) e cana de açúcar (-2,0%). Cabe mencionar que as culturas de café e mandioca, cujas safras também são significativas nesse trimestre, apontaram crescimento na produção, estimado em 11,0% e 3,6%, respectivamente.

Segundo o IBGE, em 2016, a produção de grãos foi de 184,4 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 12,11% em relação a 2015, quando a produção foi de 209,4 milhões de toneladas. O traço mais marcante do ano de 2016 foram as secas que afetaram várias atividades no país, especialmente no Cerrado e na região Nordeste.

A seguir, são apresentados os principais resultados relacionados a cada um dos objetivos do programa.

**Cód. 0600 - Monitoramento Meteorológico e Climático e Sistemas de Previsão**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Em relação ao objetivo de aperfeiçoar o Monitoramento Meteorológico e Climático e os Sistemas de Previsão de Tempo e Clima, com ênfase na disponibilidade dos dados históricos e em tempo real, procurou-se dar continuidade, em 2016, à implementação de atividades que garantissem ampliar as áreas de monitoramento meteorológico e o acesso público às informações meteorológicas e climáticas, para melhor orientar as ações de diminuição do Risco Agrícola climático, da salvaguarda da vida e o uso de informações meteorológicas e climáticas no apoio à decisão, desde o nível do produtor agrícola ao de ações e políticas governamentais.

Sobre a meta de ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície, a capacidade nacional de coleta de dados Meteorológicos foi ampliada com a instalação de 32 novas estações meteorológicas automáticas, que realizam coletas 24 horárias. No âmbito da Recuperação de Dados Históricos, houve em 2016 um crescimento substancial na oferta de dados meteorológicos históricos (41 milhões de dados).

Ressalta-se a ampliação do número de acessos ao Portal do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), de um total de 5,5 milhões (registrado em 2015) para 7,35 milhões em 2016, sinalizando que a evolução contínua da quantidade e qualidade dos produtos e serviços agrometeorológicos disponibilizados superou

a expectativa da sociedade de forma muito positiva.

**Cód. 0601 - Mecanismos de Gestão de Riscos Climáticos para Agropecuária**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Para aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural, faz-se necessária a consolidação de políticas específicas, que atendam aos anseios dos produtores rurais, tais como as orientações do zoneamento agrícola e a concessão da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.

Em 2016, visando maior transparência do programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), foi divulgado um relatório contendo as taxas médias de prêmio contratadas em 2015, de forma detalhada, por modalidade do seguro (agrícola, florestas, pecuário), por tipo (custeio, produtividade, receita agrícola) e por tipo de cobertura (multirrisco e riscos nomeados). Paralelamente, foram disponibilizadas as condições gerais dos produtos de seguro subvencionáveis pelo PSR, separados por seguradoras e classificados em: custeio, produtividade, receita agrícola, florestas e pecuário. Foram gastos, em 2016, o valor de R$ 398,6 milhões em pagamento de subvenção, beneficiando aproximadamente 48 mil produtores rurais e proporcionando cobertura securitária para 5,6 milhões de hectares. Além disso, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) adequou os percentuais e limites de subvenção do PSR à nova realidade, visando alcançar um número maior de beneficiários com os recursos disponíveis. Assim, em 2016, os percentuais de subvenção passaram a variar entre 35% e 55% do prêmio do seguro, enquanto o limite individual, por ano civil, passou a ser de R$ 72 mil para a modalidade agrícola e de R$ 24 mil para as demais modalidades.

**Cód. 0618 - Crédito Rural**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Quanto ao objetivo de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento, foram aplicados, no ano de 2016, R$ 139,890 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial. Desse total, R$ 109,166 bilhões foram destinados às operações de custeio e comercialização e R$ 30,724 bilhões foram destinados às operações de investimento e industrialização. A relação entre o montante dos recursos disponibilizados para o crédito rural e os valores efetivamente contratados historicamente manteve-se relativamente estável. O desembolso do crédito nas regiões Norte e Nordeste foi menor que o do ano anterior, em parte pela forte seca causada pela influência do *El niño*.

**Cód. 0661 - Cafeicultura Sustentável**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Em relação ao objetivo de desenvolver a cafeicultura de maneira sustentável, com geração de emprego, renda e divisas, destaca-se que o Brasil desenvolve o maior programa mundial de pesquisas de café, com geração de tecnologias que promovem sustentabilidade, competitividade, inovação e incremento tecnológico da cafeicultura brasileira. No âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, destaca-se que foram disponibilizadas linhas de crédito no valor de até R$ 4,63 bilhões, para financiamento de custeio, estocagem, contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados. Deste valor foram empenhados R$ 4,17 bilhões e efetivamente pagos R$ 3,53 bilhões, volume registrado como valor alcançado dessa meta no PPA; contudo, ressalta-se que a execução dos valores que foram empenhados ultrapassa o exercício de contratação até julho do ano posterior. Cabe citar ainda o apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para a execução de 92 projetos de pesquisa e capacitação de técnicos, por meio de concessão de bolsas do Consórcio Pesquisa Café, além de apoio à Conab para a realização dos levantamentos da safra de café.

**Cód. 0743 - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

No sentido de promover o conhecimento e elevar a adoção da agricultura de baixa emissão de carbono, o governo federal vem implementando no território nacional o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), uma política pública de grande importância para o Brasil, pois promove a sustentabilidade para o setor agropecuário e está alinhado à Política Nacional de Mudanças sobre o Clima (Lei 12.187/2009).

O Brasil se comprometeu a reduzir as emissões dos gases efeito estufa, até 2020, entre 36,1% e 38,9%, deixando de emitir cerca de 1 bilhão de toneladas de CO2, reduzindo as taxas de desmatamento, ampliando

a eficiência energética e adotando práticas e sistemas de uso e manejo sustentáveis dos recursos naturais.

O Plano ABC já investiu no campo cerca de R$ 13,2 bilhões, com um total de 28,5 mil contratos firmados com produtores rurais para implementação das tecnologias de baixa emissão de carbono. Existem atualmente 22 Planos estaduais de ABC elaborados.

**Cód. 0747 - Cooperativismo e Associativismo Rural**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando a melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais é essencial para melhoria da qualidade de vida, da organização e sustentabilidade da base produtiva. Os desafios para a manutenção e abertura de espaços no mercado exigirão esforços e investimentos em inovação, criatividade, segurança e qualidade alimentar. Nesse sentido, destaca-se a implementação do programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural (Pisacoop), que dissemina tecnologias de produção sustentáveis e de gestão da propriedade rural e incentiva a adoção do cooperativismo, gerando emprego, renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

272

**Cód. 0750 - Biomassa Agropecuária**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

A necessidade de ampliar e diversificar a produção de biomassa agropecuária, com ênfase em cultivos agroenergéticos e florestas plantadas para aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética elevou a agroenergia ao destaque mundial. O Brasil, atualmente, é o segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos. No contexto interno, a participação dos biocombustíveis é decisiva para manter o alto índice de renováveis na matriz energética. Aproximadamente, 26,1% de toda a energia ofertada internamente é originária da agricultura (16, 9% de cana e derivados, 8,2% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel), segundo o Balanço Energético Nacional 2016.

As medidas adotadas em 2016 em benefício do setor sucroenergético visaram estimular o crescimento da produção, dentre as quais destaca-se o PRORENOVA – BNDES, linha de financiamento para expansão da produção via renovação de canaviais com baixa produtividade e implantação de novos. Foram disponibilizados R$ 1,5 bilhão. Para o setor sucroenergético, a safra 2016/2017 não irá apresentar mudanças significativas em sua área plantada, com cerca de 9 milhões de hectares. A produção esperada de cana-de-açúcar deverá atingir 684,8 milhões de toneladas, um aumento de 2,9% com relação à safra anterior. Tal crescimento será viabilizado pelo aumento da produtividade da cana-de-açúcar da ordem de 0,8% na safra atual. Esta matéria prima permitirá a produção de 27,8 bilhões de litros de etanol e 40 milhões de toneladas de açúcar.

**Cód. 1042 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentável**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Quanto ao objetivo de disseminar sistemas de produção agropecuária sustentável, com agregação de valor e renda, segurança do alimento, valorização de origem e conservação dos recursos naturais, foram implementados 187 projetos de fomento com foco na implementação de Boas Práticas Agropecuárias, com 26.071 produtores beneficiados diretamente e outros 14.932 produtores e técnicos beneficiados indiretamente. Além disso, está em andamento a capacitação de 16.636 profissionais (técnicos e produtores rurais).

**Cód. 1048 – Agroecologia e Produção Orgânica**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Quanto ao objetivo de promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis, registrou-se um acumulado de 15.590 Unidades de Produção Orgânica, sendo 2.108 unidades implantadas em 2016.

Foram implantados 28 Núcleos de Estudo em Agroecologia - NEAs e Produção Orgânica e Centros Vocacionais Tecnológicos em Institutos Federais de Educação; apoiados 44 projetos de NEAs e implementado o projeto “Fichas Agroecológicas: Tecnologias Apropriadas para a Produção Orgânica” ,103 fichas foram diagramadas e impressas e estão disponíveis por meio eletrônico para que possam servir de subsídio para aqueles que buscam trabalhar e promover a produção orgânica e de base agroecológica.

**Cód. 1049 - Agricultura Irrigada**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

No tocante ao objetivo de desenvolver a agropecuária irrigada de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, com racionalização dos recursos hídricos, verificou-se um aumento de 199 mil hectares de área irrigada pela iniciativa privada. A irrigação se constitui no principal item para a modernização da agropecuária brasileira, possibilitando maior produção, maiores níveis de produtividade, melhor qualidade e valor agregado dos produtos, com reflexos econômicos, sociais e ambientais altamente significativos. A meta de incorporar 1,5 milhão de hectares irrigados às áreas de produção agropecuária é coerente com a tendência verificada no PPA anterior, onde foram incorporados ao processo produtivo agrícola 900 mil hectares irrigados, contribuindo para a elevação das safras agrícolas daquele período.

273

**Cód. 1050 – Desenvolvimento Econômico e Social dos Produtores Rurais da Classe C e D**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Firmou-se convênios em cinco Estados (Ceará, Goiás, Minas Gerais, Piauí e Tocantins), com objetivo de propiciar ao médio produtor rural ascensão social da Classe "D" para a Classe "C" (mobilidade social) por meio de diagnóstico individualizado para identificar potencialidades e desafios do produtor rural Classe "D", por seleção de produtores rurais para cursos de qualificação objetivando a melhoria da gestão, produção e comercialização e, por fim, organização de produtores rurais para assistência técnica.

**Cód. 1051 - Armazenagem e Abastecimento**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Quanto ao objetivo de ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias, está prevista, desde 2013, a ampliação do parque de armazenagem do setor privado e público. Os financiamentos para reforma, modernização e construção de novos armazéns, no setor privado, nesse período, corresponderam a cerca de R$ 6,3 bilhões.

Na gestão dos estoques governamentais, os produtos pertencentes ao governo federal têm sua guarda e conservação realizada por empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos com a Conab, a qual fiscaliza regularmente as condições do produto, de modo a garantir suas condições fitossanitárias, para reposição ao mercado nos momentos em que é requerida a complementação da oferta privada desses produtos. O processo de fiscalização executado pela Conab, que em 2016 vistoriou 5,87 milhões de toneladas de produtos, como arroz, milho, feijão, café e trigo, tem contribuído para a redução dos índices de perdas e a inibição de desvios dos produtos armazenados.

A diversificação da pauta exportadora é condição fundamental para o país não depender somente das vendas externas de poucos produtos. A ampliação de mercados e consequente desconcentração das vendas externas em poucos mercados contribui para fortalecer o comércio exterior brasileiro. A atuação em negociações sanitárias e fitossanitárias levou à reabertura do mercado para 22 produtos em 17 países, com destaque para carne bovina in natura – EUA, carne de aves termicamente processada – Coreia do Sul, carne de aves e suína – Vietnã e carne bovina termicamente processada – Japão. Foi estabelecido o Acordo de Cooperação entre o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para atuação em três eixos: eventos de promoção comercial e imagem; atração de investimentos e inteligência comercial.

**Nota**: Neste relatório considerou-se os objetivos de gestão do MAPA, sendo o descritor expresso em linguagem cidadã, para melhor compreensão.